



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Processo n.º: 129/2015-e.

Origem: Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Distrito Federal – Sedest/DF.

Assunto: Representação.

Ementa: Representação n.º 40/2014-DA, formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPJTCDF, versando acerca de possíveis irregularidades em autorizações de uso do Estádio Nacional Mané Garrincha pela então Secretaria de Turismo e Projetos Especiais. **Decisão n.º 3/2015:** Conhecimento da representação; abertura de prazo à jurisdicionada para manifestação acerca dos pontos suscitados na peça inaugural; autorização de realização de inspeção; ciência da decisão ao signatário da exordial; e retorno dos autos à Seacomp/TCDF. Encaminhamento de informações pela Setur/DF. Inspeção. **Decisão n.º 3.524/2015:** Conhecimento da Matriz de Achados e do Relatório Preliminar de Inspeção n.º 7/2015; e encaminhamento do referido documento para manifestação prévia da jurisdicionada e da empresa Prado Produções e Eventos Ltda. – EPP acerca dos fatos apontados no procedimento fiscalizatório. Apresentação do Relatório Final de Inspeção n.º 7/2015. **Decisão n.º 410/2016:** No mérito, procedência parcial da Representação n.º 40/2014-DA; determinações à Sedest/DF; audiência dos responsáveis para apresentarem razões de justificativa; e envio dos autos à Secretaria de Contas/TCDF. Razões de justificativa juntadas aos autos. **Nesta fase:** Análise de cumprimento de diligência. Unidade instrutiva propõe: sobrestar a análise das razões de justificativa apresentadas em atenção ao item IV da Decisão n.º 410/2016; determinar à Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal – Setul/DF que adote as medidas constantes do item III, alíneas “a” a “c”, da Decisão n.º 410/2016; autorizar a audiência da responsável indicada, a ciência da decisão que vier a ser proferida aos interessados e o retorno dos autos à Seacomp/TCDF para os devidos fins. MPJTCDF aquiesce às sugestões. VOTO convergente com a instrução e o parecer ministerial, com ajustes redacionais.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Representação n.º 40/2014-DA e seu anexo (e-DOCs 416A5F11-e e 2F51DD18-e), formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPJTCDF, de lavra do ilustre Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, versando acerca de possíveis irregularidades em autorizações de uso do Estádio Nacional Mané Garrincha pela então Secretaria de Turismo e Projetos Especiais¹ publicadas na edição do DODF de 24.12.2014.

Na Sessão Ordinária n.º 4.800, de 13.08.2015, por meio da **Decisão n.º 3.524/2015** (e-DOC C3C1F66C-e), esta Corte de Contas se manifestou nos seguintes termos:

¹ Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Distrito Federal – SEDST/DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 58/2015-GAB/SETUR (peça 16; e-DOC B99BD68A-c), tendo por satisfatoriamente atendida a diligência inserta no item II da Decisão n.º 3/2015; b) da Matriz de Planejamento, Achados e Responsabilização n.º 01/2015 – DIACOMP1 (peça 30; eDOC C42B1E70-e); c) do Relatório Preliminar de Inspeção n.º 07/2015 – DIACOMP1 (peça 31; e-DOC 6773924A-e); d) do Parecer n.º 620/2015-DA (peça 35; e-DOC 16E5AB77-e); **II – oportunizar prazo de 30 (trinta) dias: a) à jurisdicionada**, com fulcro nos §§ 1º e 2º, art. 1º, da Resolução n.º 271, de 11.06.2014, para que se manifeste sobre os achados descritos no Relatório Preliminar de Inspeção n.º 7/2015, sintetizados na Matriz de Achados; **b) à empresa Prado Produções e Eventos Ltda. – EPP**, com fulcro no art. 2º da Resolução n.º 271, de 11.06.2014, para o exercício do direito prévio de manifestação quanto aos indícios de ocorrência de prejuízo aos cofres distritais apontado na forma descrita nos parágrafos 50 a 55 do Relatório Preliminar de Inspeção n.º 7/2015, tendo em conta o documento de fl. 150 da peça n.º 25, por ela originado, haja vista a possibilidade de configuração de responsabilidade solidária quanto ao prejuízo apontado no parágrafo 52; **III – autorizar: a) o encaminhamento da Matriz de Achados e do Relatório Preliminar de Inspeção n.º 7/2015 à Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal, bem como à empresa Prado Produções e Eventos Ltda. – EPP**, para subsidiar o cumprimento da diligência inserta no item II retro; **b) a devolução dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins.**” (grifou-se)

Em atenção ao art. 3º da Resolução n.º 271/2014-TCDF, a Secretaria de Acompanhamento/TCDF encaminhou o **Relatório Final de Inspeção n.º 7/2015**, por meio da Informação n.º 180/2015-1ª Diacomp (e-DOC 2C80EE15-e), com vistas à análise de mérito pelo Plenário.

O Tribunal, então, prolatou a Decisão n.º 410/2016 (e-DOC F712175F-e), de 16.02.2016, com o seguinte teor:

“I – tomar conhecimento: a) do documento de e-DOC 8450F873-c; b) da Matriz de Responsabilização n.º 01/2015-Diacomp (e-DOC BC4E844D-e); c) da Informação n.º 180/2015-1ª Diacomp (Relatório Final de Inspeção – e-DOC 2C80EE15-e); d) do Parecer n.º 1.115/2015-DA (e-DOC D7A9CEFB-e); **II – considerar, no mérito, parcialmente procedente a Representação n.º 40/2014-DA; III – determinar à Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Distrito Federal – Sedst/DF que: a) em homenagem ao princípio constitucional da publicidade, publique os termos de autorização de uso dos espaços públicos tão logo seja possível, tendo como parâmetro máximo de tempo o estipulado no art. 2º c/c o parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/1993, e considerando o constante no inciso V, do art. 2º, da Lei n.º 9.784/1999; b) faça constar dos processos relativos à autorização, concessão ou permissão dos bens públicos, especialmente os listados no Decreto n.º 37.048/2016, de**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

documentação comprobatória acerca da exata área reservada para os eventos e de memoriais de cálculo detalhados que comprovem a correção do preço público cobrado, bem como de documentação que demonstre a regularidade das áreas efetivamente utilizadas nos eventos, que devem estar de acordo com o previamente pactuado com o Poder Público; c) observe o disposto nos parágrafos 1º e 4º, do art. 22, e o art. 24 da Lei n.º 9.784/1999, recepcionada no DF pela Lei n.º 2.834/2001, no sentido de que os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo devem ser praticados em prazo razoável, por escrito, com data e assinatura, com suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas, evitando o trâmite de documentos por outras vias, de modo a assegurar a fidedignidade processual; IV – com fulcro no § 5º, do art. 182, do RI/TCDF, chamar em audiência: a) o Sr. Cláudio Monteiro, então Secretário de Estado signatário dos termos de autorização de uso constantes do e-DOC 139BE5D5-c, e listados na tabela de e-DOC 26702644-c, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente suas razões de justificativa quanto ao reportado nos parágrafos 20/21 da Informação n.º 180/2015-1ª Diacomp, ante a possibilidade de aplicação da sanção prevista no inciso II do art. 57 da Lei Complementar n.º 01/1994, por infringir o princípio da publicidade, esculpido no caput do art. 37 da Constituição Federal; b) o Sr. Jaime de Araújo Góes Recena Grassi, então Secretário de Estado de Turismo e signatário dos termos de autorização listados no parágrafo 55 da instrução, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente suas razões de justificativa quanto ao reportado nos parágrafos 20/21 e 50/52 da Informação n.º 180/2015-1ª Diacomp, ante a possibilidade de aplicação da sanção prevista nos incisos II e III do art. 57 da Lei Complementar n.º 01/1994 e de conversão dos autos em Tomada de Contas Especial – TCE, nos termos do art. 46 da LC n.º 01/1994, por infringir o princípio da publicidade, esculpido no caput do art. 37 da Constituição Federal, e ante o forte indício de ocorrência de prejuízo aos cofres distritais; V – autorizar: a) o envio de cópia da Informação n.º 180/2015-1ª Diacomp (Relatório Final de Inspeção), do relatório/voto do Relator e desta decisão aos nominados no item IV e à Sedest/DF, para subsidiar o cumprimento das diligências insertas nos itens III e IV; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento/TCDF, para as providências de sua alçada.” (grifos nossos)

Em 07.03.2016, a Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável do Distrito Federal – Sedes/DF encaminhou o Ofício n.º 251/2016-GAB/SEDST (e-DOC 98A7D74B-c), em atenção ao disposto no item III da deliberação plenária supracitada.

No dia 08.04.2016, o Sr. Francisco Cláudio Monteiro apresentou suas razões de justificativa (e-DOC AA93E508-c), em atenção ao disposto no item “IV-a” da Decisão n.º 410/2016.

Em 12.05.2016, o Sr. Jaime de Araújo Góes Recena Grassi protocolou seus esclarecimentos acerca da matéria (e-DOC A9A03F40-c), em



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

atendimento ao item “IV-b” da Decisão n.º 410/2016, após prorrogação de prazo concedida mediante o Despacho Singular n.º 182/16 – GCIM (e-DOC 417144CF-e).

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

A unidade instrutiva, mediante a Informação n.º 87/2016 (e-DOC F539B414-e), manifestou-se da seguinte forma:

“3. Assim, cuidaria esta fase processual apenas da análise de mérito das justificativas apresentadas ante as audiências autorizadas pela citada Decisão.

4. A despeito de o item III do decisum tratar-se de uma determinação e não de uma diligência, destacamos que houve manifestação da Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável sobre o assunto, Ofício 251/16-GAB/SEDST e documentação anexa (peça 61). Assim, trataremos primeiramente dos esclarecimentos prestados pelo Secretário da SEDS.

5. Informa o Secretário da SEDST, Arthur Bernardes, que a partir do Decreto 36.826, de 22.10.15, a Pasta foi fundida com a extinta Secretaria de Turismo, passando à Subsecretaria de Infraestrutura, vinculada à Secretaria Adjunta de Turismo, a responsabilidade pelos atos inerentes à autorização de uso dos equipamentos públicos por ela geridos. Notícia que são 180 os processos de Termos de Autorização de Uso-TAU em tramitação (fls. 1, 6 e 9).

6. Acrescenta que, após análises dos diversos processos administrativos, foram verificadas inconsistências, inconformidades e irregularidades nos atos praticados, abaixo listadas, destacando que os TAUs eram elaborados em desconformidade com as determinações da PGDF – Padrão 17/02 (fls. 2, 6/7):

- a) ausência de certificação do recolhimento dos preços públicos devidos;*
- b) concessão de isenções e descontos sem a devida fundamentação técnico-jurídica e atendimento do interesse público;*
- c) ausência de publicação dos extratos de autorizações;*
- d) documentos em cópias sem autenticação;*
- e) documentos sem assinaturas;*
- f) incongruência de datas dos documentos que instruíam os processos;*
- g) ausência de memoriais de cálculo que permitiam certificar a correção do valor cobrado pelo uso do espaço público e comprovação da área efetivamente utilizada;*
- h) recolhimento fora do prazo previsto nos Normativos dos valores pertinentes à reserva da data e espaço público;*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

- i) desconformidade entre a área indicada no TAU e o local do efetivo uso pelo contratante;*
 - j) não inclusão no cálculo do preço público da cobrança para montagem e desmontagem de infraestrutura utilizada pelos contratantes;*
 - k) ausência de cálculos que demonstrassem que as TAUs não caracterizariam ato de gestão antieconômico, em face das despesas com iluminação, entre outros itens necessários à realização do evento;*
 - l) não inclusão e cobrança de cercamento e gradios divisórios de propriedade do GDF colocados à disposição do contratante;*
 - m) não comprovação de que as empresas contratantes realizavam a comercialização de ingressos tendo como base para arrecadação de impostos;*
 - n) ausência de comprovação, nos casos de concessão de descontos ou isenções do preço público devido, de que havia ampliação da base de arrecadação do DF com a realização do evento; e*
 - o) ausência de comprovação de regularidade jurídica, tributária e fiscal das empresas contratantes.*
- 7. Acrescenta que para os eventos executados no Parque da Cidade não eram autuados e instruídos Processos Administrativos referentes às TAUs (fls. 3 e 8).*
- 8. Em dezembro de 2015, com a exoneração da Auditora-chefe da Unidade de Controle Interno, foram cientificados do teor do Relatório Preliminar de Inspeção 7/15 e da Decisão 3.524/15, do TCDF (fls. 3 e 8).*
- 9. Notícia que foi autuado o Processo 370.000.432/15, para adoção das correções do atos administrativos e apuração de eventual responsabilidade dos agentes públicos (fls. 4 e 8).*
- 10. Destaca que, como não foi nomeado auditor para compor a Unidade de Controle Interno, os processos irregulares foram encaminhados à Controladoria Geral do DF para a adoção das providências julgadas pertinentes (fls. 4 e 9).*
- 11. Quanto às falhas apontadas pelo TCDF, afirma não terem sido verificadas quaisquer providências correcionais por parte do Subsecretário de Infraestrutura. Assim, será instaurado procedimento administrativo, uma vez que há indícios de prejuízo ao erário (fls. 4, 10/12).*
- 12. Ressalta que, diante da nova estrutura administrativa decorrente do Decreto 37.141/16, de 29.2.16, que vinculou a Secretaria Adjunta de Turismo à Secretaria de Esporte e Lazer, encaminhou a tal Pasta cópia da Decisão 410/16 para*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

acompanhamento dos procedimentos administrativos de competência da Subsecretaria de Infraestrutura (fls. 4/5).

13. Por fim, apresenta a lista de processos que foram encaminhados à Controladoria-Geral do DF (fls. 5, 15/16).

Análise

14. As informações prestadas pelo Secretário da SEDS indicam que os achados de inspeção descritos da matriz de peça 30 são recorrentes em todos os processos de Termos de Autorização de Uso dos espaços públicos, e não apenas nos relacionados ao Estádio Nacional Mané Garrincha, objeto da inicial dos autos e escopo do procedimento fiscalizatório realizado.

15. Diante da nova estrutura administrativa decorrente do Decreto 37.141/16, que vinculou a Secretaria Adjunta de Turismo à Secretaria do Esporte, Turismo e Lazer, sugerimos à Corte direcionar a determinação constante do item III da Decisão 410/16 a tal Pasta, para o cumprimento das diretrizes ali dispostas, que se aplicam a todos os espaços públicos objetos de autorização de uso. Quanto à verificação de tal cumprimento, entendemos que pode ser escopo de futura fiscalização por parte desta Corte.

Razões de Justificativas dos Responsáveis

Sr. Francisco Cláudio Monteiro

16. Cientificado em 9.3.16 (peça 62), o Sr. Cláudio Monteiro apresentou suas razões de justificativa, tempestivamente, em 8.4.16 (peça 70).

17. Inicialmente, o justificante noticia que ocupou o cargo de Secretário de Estado da Secretaria da Copa 2014 – SECOPA, criada pelo Decreto 33.888/12, de 5.9.12 a 1.9.14 (fl. 3).

18. Em função dessas datas, procura delimitar o escopo de sua manifestação, tendo em vista que a Decisão 410/16 o instou a se pronunciar sobre o conteúdo dos parágrafos 20/21 da Informação 180/15 - peça 43. O parágrafo 21 trata de atos referentes ao ano de 2015, período em que o justificante não ocupava qualquer cargo público (fls. 3, 6).

19. Ressalta que a citada Pasta apresentava a característica de temporariedade, de forma que foi concebida sem dotação orçamentária. Defende que seu quadro de servidores era reduzido, sendo que dos 200 que totalizavam a estrutura da Pasta somente 33 eram cargos internos da SECOPA. Os demais eram funcionários da Fábrica Social, programa de capacitação ligado à Secretaria. (fl. 4).

20. Esclarece que a principal função dos servidores era cuidar dos preparativos para a Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014, eventos testes, bem como agenda intensa de eventos no Estádio Nacional e visitas (fl. 4).

21. Cita em sua peça depoimentos de servidores efetivos que permaneceram no quadro da Secretaria de Turismo, constantes da



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Informação 180/15, no mesmo sentido, qual seja, de que a preocupação maior era manter a agenda ativa de eventos e que efetivamente foram muitos, sendo que mais de 1,7 milhão de pessoas visitaram o estádio (fl. 4).

22. Assim, acredita ter demonstrado que a série de eventos e o quadro reduzido de servidores contribuíram sobremaneira para que ocorressem atrasos nos cronogramas de publicação, ressaltando que não houve falta de publicidade do ato (fl. 4).

23. Defende que, por ter havido a publicação das TAUs, ainda que tardia, foi observado o princípio da publicidade, que só seria violado no caso de não haver a publicação (fl. 5).

24. Afirma também que durante sua gestão todos os eventos obedeceram aos procedimentos legais e as taxas foram tempestivamente recolhidas, de forma que nenhum prejuízo ocorreu aos cofres públicos (fl. 5).

25. Argumenta em seu favor o fato de não haver um ditame específico que estipule tempo mínimo para publicação do ato administrativo. Cita que o próprio corpo técnico deste Tribunal, na Informação 180/15, já referida, utilizou-se de dispositivos legais que se aplicariam por similitude, como dispositivos de Licitações e Contratos (fl. 6).

26. Assim, defende que não houve infringência ao princípio da publicidade, não podendo prosperar a aplicação de penalidade, visto não ter praticado ato com grave infração à norma (fls. 6/7).

27. Por fim, requer sua participação durante o julgamento da presente Representação, a fim de que possa fazer sustentação oral, com o objetivo de sanar eventuais dúvidas existentes (fl. 7).

Sr. Jaime de Araújo Góes Recena Grassi

28. Cientificado em 3.3.16 (peça 60), o Sr. Jaime Recena apresentou, em 29.3.16, pedido de prorrogação de prazo para apresentação de suas razões de justificativa (peça 67), concedida por intermédio do Despacho Singular 182/16 (peça 68). Em 12.5.16, o interessado apresentou sua manifestação (peça 73).

29. Antes de apresentarmos o resumo de suas alegações, cabe esclarecer que o responsável, além de expor suas razões de justificativa, exibiu esclarecimentos quanto ao disposto no item III da Decisão 410/16. Como os assuntos são conexos, apresentaremos as informações prestadas de forma sistematizada por assunto, embora trazidas de forma difusa na peça de apresentada.

30. Primeiramente, justifica as publicações extemporâneas em virtude da sobrecarga excepcional de trabalho decorrente da realização da Copa do Mundo (fl. 3).

31. Alega que a competência para publicar o extrato do TAU no DODF era da Subsecretaria de Infraestrutura Turística – SUIT. Dessa forma, acredita não ter dado causa a eventual intempestividade das publicações. Argumenta que sua competência como Secretário é a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

de traçar diretrizes governamentais, definir planos e políticas públicas. (fls. 7/8, 16/17, 26/27, 40/44).

32. *Assevera que no caso de responsabilizar-se um Secretário de Estado pela prática de todo e qualquer ato de sua Pasta, seria o mesmo que isentar todos os demais agentes públicos das responsabilidades dos atos que praticam. Apresenta jurisprudência do TCDF nesse sentido (fls. 27/30).*

33. *Cita dispositivos da LC 840/11, especificamente o art. 180, que estabelece quais são os deveres do servidor, entre eles (fls. 8/9):*

I – exercer com zelo e dedicação suas atribuições;

III – agir com perícia, prudência, e diligência no exercício de suas atribuições;

V – observar as normas legais e regulamentares no exercício de suas atribuições;

VII – levar ao conhecimento da autoridade superior as falhas, vulnerabilidades e as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo público ou função de confiança;

34. *Argumenta não haver, portanto, conduta comissiva ou omissiva de sua parte, não existindo nexo causal entre sua conduta e os resultados irregulares apontados pelo TCDF (fl. 9).*

35. *Reforça seu entendimento, com o argumento da incapacidade humana da autoridade em gerir todos os atos administrativos executados pelas esferas inferiores da referida unidade administrativa, que tem inclusive Subsecretário competente para supervisionar, fiscalizar e monitorar as ações atinentes à sua Subsecretaria (fl. 9).*

36. *Apresenta anexa a publicação de evento realizado em 2015, ocorrida 30 dias após sua consumação, para demonstrar que houve uma melhora no tempo de publicação em relação ao praticado anteriormente que, conforme constatado pelo TCDF, apontou prazos superiores a 70 dias para a publicação de eventos já realizados. Acrescenta que alguns foram publicados em prazos menores e outros em prazos maiores (fls. 9/10 e 18).*

37. *Salienta que os atrasos verificados decorreram de deficiências operacionais (falta de recursos humanos, materiais e dificuldade financeira) encontradas no início da atual gestão, acompanhado de uma demanda reprimida por conta de acúmulos decorrentes de diversos fatores, dentre os quais a realização da Copa do Mundo em Brasília (fls. 10/11).*

38. *Registra a falta de previsão legal instituindo prazo para a publicação de extrato de Termo de Autorização de Uso, de forma que*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

a SUIT procura publicar tais atos em prazo razoável. Defende que deve ser aplicado, por analogia, o prazo estipulado no art. 61 da Lei 8.666/93 (fls. 17/18).

39. Apresenta digressões acerca do princípio da publicidade. Por ele impõe-se à Administração Pública o dever de transparência e aos administrados o direito à plena informação. Visa garantir a disponibilidade permanente dos atos administrativos à inspeção social e aos órgãos de controle, coibindo a prática de atos de forma obscura (fls. 18/19).

40. Defende que a publicação é apenas a vertente formal deste princípio. Seu aspecto material consiste no dever de praticá-lo em linguagem clara, objetiva e acessível à sociedade (fls. 19/20).

41. Utiliza-se de doutrina que entende que, mesmo que a lei preveja forma de divulgação e o administrador utilize outra, não haverá ofensa ao princípio da publicidade se a forma adotada atingiu seu fim (fl. 20).

42. Afirma que os processos de TAU não afrontaram o princípio da publicidade, tendo em vista que foi assegurada transparência, uma vez que estavam disponíveis ao público e aos órgãos de controle. Os eventos foram divulgados em diversos meios de comunicação - jornais, televisão, rádio, internet (fls. 20/21, 44/45).

43. Destaca que a demora na publicação deve ser avaliada com parcimônia e considerando um contexto mais amplo. A divulgação em outros meios alcança um número muito maior de cidadãos (fl. 21).

44. Apresenta uma comparação das rotinas previstas nos processos de TAU antes e depois de 2014. Demonstra que houve melhora do procedimento visando zelar pela coisa pública (fls. 21/25).

45. Assim, solicita sua não responsabilização por não possuir a atribuição de praticar o ato apontado; e a não responsabilização dos servidores da SUIT, pois não houve violação grave de norma legal (fls. 30/31).

46. Quanto à questão da comprovação no processo da área reservada para o evento e memoriais de cálculo do preço público cobrado, também afirma não ter responsabilidade, por ser tal competência da SUIT, que deveria instruir adequadamente o processo, acompanhando sua execução e realizando visitas antes, durante e após o acontecimento. Acrescenta que, quando o evento ocorre em espaços que são cobrados em razão do metro quadrado utilizado, a demonstração torna-se mais difícil (fls. 11/12, 32, 35, 40/44).

47. Explica a rotina da SUIT ao estipular os preços. Os futuros autorizatários devem apresentar planta do evento, com a metragem correspondente à sua necessidade. Assim com base na vistoria e na planta são calculados os valores cobrados. Afirma que os memoriais de cálculo são juntados em todos os processos (fls. 13, 31).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

48. *Cita o caso concreto em análise em que foi exigida planta do evento e constou a informação de que se pretendia utilizar a área total de 10.000 m² (fl. 32).*
49. *Após inspeção do TCDF, constatou-se, por intermédio do uso da ferramenta Terrageo, que foi utilizada uma área de 39.910,09 m², representando um pagamento de preço público a menor de R\$ 101.395,20 (fls. 32/33).*
50. *Ressalta que a Secretaria não dispõe da ferramenta Terrageo para análise da área ocupada. Tal aplicativo pertence à Terracap (fl. 33).*
51. *Em função dos resultados do trabalho do TCDF, a Secretaria agiu para cobrar o valor apontado pelo Tribunal ou buscar a comprovação da real área utilizada no evento (fl. 33).*
52. *Descobriu-se que no processo de licenciamento junto à Administração Regional de Brasília a área total informada pela empresa para o evento foi de 25.800m², maior portanto que os 10.000m² informados à SETUR. Supõe o defendente que a empresa agiu com má-fé (fls. 33/34).*
53. *Diante da divergência apontada, a SETUR exigiu da empresa a complementação do pagamento do preço público, que ocorreu em 3.5.16. Assim, o pagamento integral afasta a irregularidade apontada, não subsistindo razão para TCE (fls. 14, 34, 36, 50).*
54. *Defende que a empresa deve ser considerada a única responsável pela diferença de valor apontado, uma vez que apresentou documentos técnicos inadequados. A fiscalização da SETUR não é suficiente para reduzir ou excluir a responsabilidade da contratada (fl. 35).*
55. *Assim, solicita também para este item sua não responsabilização, bem como a não responsabilização do Secretário Adjunto de Turismo e dos servidores da SUIT. Ainda, como não houve prejuízo aos cofres distritais, que não sejam os autos convertidos em TCE (fl. 37).*
56. *Além desses dois pontos discutidos, teceu comentários sobre outros itens constantes do item III da Decisão 410/16 e sobre a manifestação da SEDS, por meio do Ofício 251/16-GAB, em resposta à citada Decisão.*
57. *Quanto ao evento 'Confraternização – Jantar Uniceub 45 anos', alega que o valor cobrado encontra fundamento no art. 8º do Decreto 34.798/13, por não se tratar de um jogo, ou seja, por não utilizar o gramado, nem as arquibancadas, somente a tribuna de honra do estádio (fl. 3).*
58. *Quanto ao item III, 'c', da Decisão 410/16, defende que todas as unidades da Secretaria têm ciência e observam a Lei 9.784/99. Os atos são praticados em prazo razoável, por escrito, com data e assinatura. Os processos são autuados e possuem páginas*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

sequencialmente numeradas e rubricadas, não havendo o trâmite de documentos por outras vias (fl. 15).

59. Por fim, rebate todas as falhas apontadas pela SEDS no Ofício 251/16-GAB, afirmando que não procedem as informações, além de não serem objeto dos presentes autos (fls. 38/40).

60. Para corroborar seu entendimento, afirma que a Controladoria-Geral do DF devolveu todos os processos encaminhados pela SEDS sem qualquer avaliação, tendo em vista que não havia qualquer irregularidade (fl. 40).

Análise

61. Em suas razões de justificativa, o então Secretário de Estado de Turismo, Jaime Recena, aponta que a responsabilidade pelas publicações dos TAUs no DODF era da Subsecretaria de Infraestrutura Turística da Pasta, conforme dispositivos do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto 35.053/13.

62. Destacamos que às fls. 10, 23, 57 e 86 da peça 25 constam despachos do então Secretário de Estado de Turismo e Projetos Especiais retornando processos de TAUs à Subsecretaria de Infraestrutura para publicação no DODF.

63. Dessa forma, reputamos pertinente o sobrestamento do exame de mérito das justificativas apresentadas em atenção ao item IV da Decisão 410/16 e sugerimos a audiência da Sra. Dominique Cortês de Lima, Subsecretária da Subsecretaria de Infraestrutura Turística, conforme Matriz de Responsabilidade constante dos autos (peça 75).

64. Ressaltamos que, embora a audiência do Sr. Francisco Cláudio Monteiro se refira a gestão distinta, consideramos de bom alvitre sua análise apenas na próxima fase processual, pois as justificativas a serem apresentadas podem influenciar no exame de mérito, haja vista que os TAUs celebrados pela SECOPA foram publicados após a extinção da Pasta, pela Setur.

65. Por fim, releva destacar, desde já, que a juntada de comprovante de recolhimento por parte da empresa responsável pelo evento 'Vila Mix' à fl. 50 da peça 73, no montante de R\$ 101.395,20, apontado como possível prejuízo ao erário (parágrafos 50/52 da Informação 180/15 (peça 43), afasta a necessidade de conversão dos presentes autos em TCE." (grifos do original)

Diante do exposto, sugeriu-se ao eg. Tribunal que:

- I. tome conhecimento das peças 61 (Ofício 251/16-GAB/SEDST e documentação anexa), 70 (razões de justificativa do Sr. Francisco Cláudio Monteiro) e 73 (razões de justificativa do Sr. Jaime de Araújo Góes Recena Grassi);*
- II. sobresteje a análise das razões de justificativas apresentadas em atenção ao item IV da Decisão 410/16;*
- III. determine à Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer que:*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

- a) *em homenagem ao princípio constitucional da publicidade, publique os termos de autorização de uso dos espaços públicos tão logo seja possível, tendo como parâmetro máximo de tempo o estipulado no art. 2º c/c o parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93, e considerando o constante no inciso V, do art. 2º, da Lei 9.784/99;*
- b) *faça constar dos processos relativos à autorização, concessão ou permissão dos bens públicos, especialmente os listados no Decreto 37.048/16, de documentação comprobatória acerca da exata área reservada para os eventos e de memoriais de cálculo detalhados que comprovem a correção do preço público cobrado, bem como de documentação que demonstre a regularidade das áreas efetivamente utilizadas nos eventos, que devem estar de acordo com o previamente pactuado com o Poder Público;*
- c) *observe o disposto nos parágrafos 1º e 4º, do art. 22, e o art. 24 da Lei 9.784/99, recepcionada no DF pela Lei 2.834/01, no sentido de que os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo devem ser praticados em prazo razoável, por escrito, com data e assinatura, com suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas, evitando o trâmite de documentos por outras vias, de modo a assegurar a fidedignidade processual;*

IV. autorize:

- a) *a audiência, nos termos do art. 43, II, da LC 1/94, da responsável indicada na Matriz de Responsabilidade de peça 75, para que, no prazo de 30 dias, apresente suas razões de justificativa em função da irregularidade ali apontada, haja vista a possibilidade de aplicação da respectiva penalidade;*
- b) *a ciência dos interessados nos autos;*
- c) *o retorno dos autos à SEACOMP para os devidos fins.”*

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPJTDF, mediante o Parecer n.º 756/2016-DA (e-DOC DA3CC4B1-e), após trazer breve relato dos fatos, manifestou-se em harmonia com a instrução, nestes termos:

“28. De início, convirjo com as sugestões contidas no item III, alíneas ‘a’, ‘b’ e ‘c’ das sugestões efetuadas pela Instrução, tal como delineado no Parecer 1115/2015, cujos trechos permito-me transcrever:

16. Dentre os 9 eventos examinados, 8 deles, conforme apontou a Instrução, apresentaram um tempo decorrido entre a realização do evento e a publicação no DODF superior a 70 dias, confirmando a preocupação manifestada na Representação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

17. Ao analisar outros processos de autorização de uso do ano 2015 referentes à atual gestão, a Unidade Técnica revelou que o problema persiste, não tendo ocorrido publicação das autorizações até o final da presente inspeção, o que afasta a veracidade das informações prestadas inicialmente pela jurisdicionada, quando afirmou que '(...) 'Cientes destes fatos, esta nova gestão já está tomando as devidas providências para que estes fatos não mais aconteçam'.
18. Dessa forma, correta a sugestão do Corpo Técnico de que seja determinado à SETUR que passe a observar fielmente as disposições constantes da Lei 8666/93 e da 9784/99, alertando a jurisdicionada que o não cumprimento de deliberação plenária sujeita os infratores à aplicação da penalidade prevista pelo §1º do art. 57 da Lei Complementar nº 01, de 09/05/94.
19. De outro lado, a ausência de documentação probatória acerca da área utilizada em eventos, conseqüentemente, de memoriais de cálculo comprovando a correção do preço público cobrado, podem revelar altíssimo prejuízo aos cofres distritais, em razão da conduta negligente ou omissa dos gestores.
20. O exame realizado (peça 25 - e-doc 8A58E724-c) pela Instrução sobre processos relativos a eventos realizados no estádio assinalou que não há comprovação das áreas utilizadas que permitam validar a correção dos valores cobrados a título de preço público.
21. Assim, é pertinente, também, a sugestão do Corpo Técnico no sentido de que seja determinado à SETUR que passe a fazer constar nos processos relativos à autorização de uso das áreas contempladas pelo Decreto nº 34.798, de 05/11/13, de documentação probatória acerca da área utilizada e, conseqüentemente, de memoriais de cálculo comprovando a correção do preço público cobrado.
29. Em razão da nova estrutura administrativa decorrente do Decreto 37.141/16, que vinculou a Secretaria Adjunta de Turismo à Secretaria do Esporte, Turismo e Lazer, deve o Tribunal direcionar a determinação constante do item III da Decisão 410/16 a tal Pasta, para o cumprimento das diretrizes ali dispostas, que se aplicam a todos os espaços públicos objetos de autorização de uso.
30. Noutro aspecto, há necessidade de a Subsecretária da Subsecretaria de Infraestrutura Turística – SUIT, Dominique Cortes de Lima, por não ter providenciado as publicações dos termos de autorização de uso em prazo razoável, indo de encontro ao princípio da publicidade e dificultando as ações de controle, ser chamada em audiência para apresentação de razões de justificativa.
31. Dessa forma, entende o Ministério Público que a análise das razões de justificativas apresentadas por Cláudio Monteiro e Jaime de Araújo Góes Recena Grassi deve ser sobrestada até o cumprimento da diligência acima sugerida.
32. Assim sendo, concorda integralmente o Ministério Público com as sugestões efetuadas pela diligente Área Técnica."



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

VOTO

A Representação n.º 40/2014-DA apontou a ocorrência de possíveis irregularidades em autorizações de uso do Estádio Nacional Mané Garrincha, pela então Secretaria de Turismo e Projetos Especiais², publicadas na edição do DODF de 24.12.2014.

Após realização de inspeção junto à jurisdicionada e depois de o Plenário ter fixado prazo para manifestação da Pasta e da empresa Prado Produções e Eventos Ltda. – EPP acerca dos fatos apontados (as quais permaneceram silentes), a unidade instrutiva apresentou o resultado final do procedimento fiscalizatório, nos termos do Relatório Final de Inspeção n.º 7/2015, constante do e-DOC 2C80EE15-e.

Por intermédio da Decisão n.º 410/2016, a aludida exordial foi considerada parcialmente procedente (item II), algumas determinações³ foram direcionadas à então Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Distrito Federal – Sedst/DF (item III) e os gestores envolvidos (Srs. Francisco Cláudio Monteiro e Jaime de Araújo Góes Recena Grassi) foram chamados em audiência, para apresentarem razões de justificativa, ante a possibilidade de aplicação de multa e conversão dos autos em Tomada de Contas Especial – TCE, nos termos do art. 46 da LC n.º 01/1994, tendo em conta o forte indício de ocorrência de prejuízo aos cofres distritais (item IV).

Nesta oportunidade, a unidade instrutiva, tendo por base a documentação carreada ao feito, propôs ao Tribunal: sobrestar a análise das razões de justificativa apresentadas em atenção ao item IV da Decisão n.º 410/2016; determinar à Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal – Setul/DF que adote as medidas constantes do item III, alíneas “a” a “c”, da Decisão n.º 410/2016; autorizar a audiência da responsável indicada (Srª. Dominique Cortes de Lima, então titular da Subsecretaria de Infraestrutura Turística), a ciência da decisão que vier a ser proferida aos interessados e o retorno dos autos à Seacomp/TCDF para os devidos fins.

O Ministério Público junto ao Tribunal – MPJTCDF aquiesceu integralmente às sugestões constantes da peça instrutória.

Ao compulsar o feito, entendo, em harmonia com a instrução e o parecer ministerial, que o exame das razões de justificativa encaminhadas pelos Srs. Cláudio Monteiro e Jaime Recena deve ser sobrestado, em razão da

² Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Distrito Federal – SEDST/DF.

³ a) em homenagem ao princípio constitucional da publicidade, publique os termos de autorização de uso dos espaços públicos tão logo seja possível, tendo como parâmetro máximo de tempo o estipulado no art. 2º c/c o parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/1993, e considerando o constante no inciso V, do art. 2º, da Lei n.º 9.784/1999;

b) faça constar dos processos relativos à autorização, concessão ou permissão dos bens públicos, especialmente os listados no Decreto n.º 37.048/2016, de documentação comprobatória acerca da exata área reservada para os eventos e de memoriais de cálculo detalhados que comprovem a correção do preço público cobrado, bem como de documentação que demonstre a regularidade das áreas efetivamente utilizadas nos eventos, que devem estar de acordo com o previamente pactuado com o Poder Público;

c) observe o disposto nos parágrafos 1º e 4º, do art. 22, e o art. 24 da Lei n.º 9.784/1999, recepcionada no DF pela Lei n.º 2.834/2001, no sentido de que os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo devem ser praticados em prazo razoável, por escrito, com data e assinatura, com suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas, evitando o trâmite de documentos por outras vias, de modo a assegurar a fidedignidade processual;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

necessidade de oitiva da Sr^a. Dominique no tocante à falha apurada (não ter providenciado as publicações dos Termos de Autorização de Uso em prazo razoável, inobservando o princípio constitucional da publicidade), ante a possibilidade de aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/1994.

Além disso, deve o Plenário redirecionar⁴ as determinações constantes do item III da Decisão n.º 410/2016 à Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal – Setul/DF, em razão da nova estrutura administrativa decorrente do Decreto Distrital n.º 37.141/2016, que vinculou a Secretaria Adjunta de Turismo àquela Pasta.

Nesse sentido, considero que não merecem reparos as manifestações da área instrutiva e do *Parquet* especial; motivo pelo qual acolho, como razão de decidir, com ajustes redacionais, os fundamentos lançados na Informação n.º 87/2016 e no Parecer n.º 756/2016-DA.

Ante o exposto, em harmonia com a unidade instrutiva e o órgão ministerial, com os ajustes redacionais que faço, VOTO no sentido de que o egrégio Tribunal:

- I. tome conhecimento:
 - a) do Ofício n.º 251/2016-GAB/SEDST (e-DOC 98A7D74B-c), encaminhado pela Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável do Distrito Federal – Sedes/DF, em atenção ao disposto no item III da Decisão n.º 410/2016;
 - b) das razões de justificativa encaminhadas pelos Srs. Francisco Cláudio Monteiro e Jaime de Araújo Góes Recena Grassi (e-DOCs AA93E508-c e A9A03F40-c, respectivamente), em atenção ao disposto nos itens “IV-a” e “IV-b” da Decisão n.º 410/2016, nesta ordem;
 - c) da Informação n.º 87/2016 (e-DOC F539B414-e);
 - d) do Parecer n.º 756/2016-DA (e-DOC DA3CC4B1-e);
- II. sobresteja a análise das razões de justificativa apresentadas em atenção aos itens “IV-a” e “IV-b” da Decisão n.º 410/2016;
- III. redirecione as determinações constantes do item III da Decisão n.º 410/2016 à Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal – Setul/DF, de modo que:
 - a) em homenagem ao princípio constitucional da publicidade, publique os termos de autorização de uso dos espaços públicos tão logo seja possível, tendo como parâmetro máximo de tempo o estipulado no art. 2º c/c o parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/1993, e considerando o constante no inciso V, do art. 2º, da Lei n.º 9.784/1999;

⁴ Anteriormente dirigidas à Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Distrito Federal – Sedst/DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

- b) faça constar dos processos relativos à autorização, concessão ou permissão dos bens públicos, especialmente os listados no Decreto n.º 37.048/2016, de documentação comprobatória acerca da exata área reservada para os eventos e de memoriais de cálculo detalhados que comprovem a correção do preço público cobrado, bem como de documentação que demonstre a regularidade das áreas efetivamente utilizadas nos eventos, que devem estar de acordo com o previamente pactuado com o Poder Público;
- c) observe o disposto nos parágrafos 1º e 4º, do art. 22, e o art. 24 da Lei n.º 9.784/1999, recepcionada no DF pela Lei n.º 2.834/2001, no sentido de que os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo devem ser praticados em prazo razoável, por escrito, com data e assinatura, com suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas, evitando o trâmite de documentos por outras vias, de modo a assegurar a fidedignidade processual;
- IV. com fulcro no art. 43, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/1994 c/c art. 182, § 5º, do RI/TCDF, chame em audiência a responsável indicada na Matriz de Responsabilidade constante do e-DOC 260864E4-e, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente suas razões de justificativa em função da irregularidade ali apontada, haja vista a possibilidade de aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso II, da LC n.º 01/1994;
- V. dê ciência da decisão que vier a ser adotada à empresa Prado Produções e Eventos Ltda. – EPP, aos responsáveis chamados em audiência nos termos dos itens “IV-a” e “IV-b” da Decisão n.º 410/2016 e ao signatário da Representação n.º 40/2014-DA;
- VI. autorize:
 - a) o envio de cópia da Informação n.º 180/2015-1ª Diacomp (Relatório Final de Inspeção n.º 7/2015, e-DOC 2C80EE15-e), deste Relatório/Voto e da decisão que vier a ser proferida à Setul/DF e à responsável indicada no item IV, para subsidiar o cumprimento das referidas diligências;
 - b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento – Seacomp/TCDF, para os devidos fins.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 2016.

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator